



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TERMO DE FOMENTO Nº 012/2022
EM 06/12/2022
VISTO *exup*

**TERMO DE FOMENTO Nº 012/2022 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SJDHDS E A
ASSOCIAÇÃO HUMANA POVO PARA POVO
BRASIL**

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS**, com sede nesta Capital à Av. Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia – CAB, inscrita no CNPJ/MF sob. nº 21.730.529/0001-30, neste ato representada por seu Secretário, **Sr. CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**, portador do RG nº 00792760-67 SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 098.225.425-34, nos termos do Decreto Governamental s/nº, publicado no DOE em 14 de março de 2019 e a **ASSOCIAÇÃO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL**, CNPJ nº 08.949.168/0001-50, situado à Rua Humberto Machado, 11A, Térreo- Piatã– Salvador Bahia CEP: 41.650-096, Estado da Bahia, Estatuto firmado em 06/11/2021, no Tabelionato do 1º Ofício Registros e Averbações – Salvador/Bahia, neste ato representada pela Sra. **JUNIA MARIA PAIVA**, portadora do documento de identidade nº 1.188.716 emitido por SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 231.432.316-53, residente e domiciliada na Rua Engenheiro Erociano da Cruz Neves, nº 19, primeiro andar, apt 102, Residencial três Magos Piatã, Salvador/Bahia, CEP 41650-002 endereço eletrônico junia@humanabrasil.org, devidamente autorizada na forma de seu Estatuto, em conjunto denominados **PARCEIROS** e separadamente **ESTADO** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, respectivamente, tendo em vista o constante do Processo SEI nº 082.1697.2022.0005875-94, formaliza o presente Termo de Fomento, conforme Edital de Chamamento Público CECA/SJDHDS Nº 003/2021, com fundamento **art. 27** da Lei nº **13.204/2015** que alterou a Lei Federal nº. 13.019/2014, sujeitando-se, no que couber às demais disposições desta Lei e do Decreto Estadual nº 17.091/2016 e Decreto Federal nº 8.726 de 27 de abril de 2016, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019, de 17 de Julho de 2019 – SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019, de 17 de Julho de 2019 SAEB e mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento, a execução do Projeto Promoção do Protagonismo de criança e adolescente, visando estimular a sua participação nos espaços de formalização e controle de políticas públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Faz parte integrante deste Termo de Fomento e o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por até 24(vinte e quatro) meses, mediante termo aditivo.

1 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a **SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS** repassará a **ASSOCIAÇÃO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, em parcela única, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Órgão / Secretaria / Unidade Orçamentária: 12.603 (FECRIANÇA)

Unidade Gestora: 0001

Projeto /Atividade: 12.603..243.300.4095.7800.2236

Território Região: 7800 (Metropolitana de Salvador)

Natureza de despesas: 33 50 41 00 (R\$84.074,96) / 44 50 42 (R\$5.925,04)

Destinação de Recurso (Fonte): 0.128.000.000 – Recursos do Tesouro- R\$ 90.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento **serão pagos em parcela única**, no valor de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)** conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho e serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no **Banco do Brasil S/A, agência nº 2976-9, conta corrente nº 23129-0** vinculada a este Termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO OITAVO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO NONO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A OSC encaminhará ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens, na prestação de contas final, para incorporação dos mesmos ao patrimônio do Estado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I- quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida
- II- quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;
- III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, no percentual de 1% para cada 10% de meta não cumprida

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante Termo Aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo e/ou apostila, conforme preleciona o art. 57 da lei 13.019/2014, ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

- I – indicação dos créditos orçamentários;
- II – alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado ou unidade equivalente e autorização do Secretário de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

- I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;
- II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- III. manter escrituração contábil regular;
- IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;
- VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
- VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
- IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
- X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;
- XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- XIII. celebrar termo de atuação em rede e apresentá-lo à administração pública em até 60 (sessenta) dias da sua celebração, caso opte por esta modalidade, observando o disposto no parágrafo único do art. 35-A, da Lei nº. 13.019/2014 e, em caso de rescisão, comunicar à administração pública no prazo de 15 dias;
- XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;
- XV. destacar a participação do Governo do Estado e da SECRETARIA DE JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL –SJDHDS em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;
- XVI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo;
- XVII. comunicar à SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS todas as aquisições de bens permanentes móveis que forem realizadas, na prestação de contas final, desde que se tratem de aquisições realizadas com recursos recebidos em decorrência da parceria;
- XVIII. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;
- XIX. encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS

A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos Planos de Trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- VIII. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IX. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Por meio da Resolução nº 009 DE 26 de agosto de 2022 o CECA dispõe sobre a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos do CECA.com a seguinte composição: Conselheiros(as) Governamentais: IRLENE RIBEIRO CARVALHO (SERIN) - matrícula nº 11.173.725-5 JOSEANE CRUZ - matrícula nº 77.579.291-2 ROZILDA FRAGA CUNHA - matrícula nº 55.312.567-6 Conselheiros(as) da Sociedade Civil: MARIA DE LOURDES MARQUES CORDEIRO - CPF 552.004.355-87 EDILEIDE SANTOS FREITAS - CPF 827.908.255-72 DANIEL MIRANDA TEODORO - CPF 805.909.935-34

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pela Gestora da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação de recursos, conforme previsto no §1º do art.58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria no 15º dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada quadrimestre, contados da data de assinatura do termo, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A Gestora da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

7 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

- a) Parcial, até o 5º dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada quadrimestre
- b) Anual, até o último dia do mês de fevereiro do exercício subsequente;
- c) Final, até 60 dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016, além dos preechimentos dos anexos constantes na Instrução Normativa nº 18/20219 da SAEB.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese de celebração de termo de atuação em rede, cabe a OSC Celebrante apresentar a prestação de contas inclusive no que se refere às ações executadas pelas Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes.

PARÁGRAFO SEXTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO NONO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressaltando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

9 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Secretário da SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Secretário da SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

10 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade,

11 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os bens e direitos remanescentes que, em razão da execução da parceria, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, poderão permanecer no patrimônio da OSC, devendo para tanto, obedecer aos procedimentos da Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007 de 02 de Setembro de 2021, que estabelece diretrizes e procedimentos para o controle e destinação dos bens permanentes adquiridos com recursos decorrentes de Convênios concedidos e outros ajustes de parceria.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A doação dos bens prevista no parágrafo primeiro, não será permitida nos casos de não aprovação da prestação de contas final do Conveniente, devendo ser revertidos ao patrimônio do Estado.

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para a administração pública, que, se for o caso, deverá retirá-los, no prazo de até **90 (noventa)** dias, excetuados os bens remanescentes destinados a OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

- I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:
 - a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
 - b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.
- II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:
 - a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
 - b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

12 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I. OSC:

- a. apresentar, no prazo máximo de 60 dias a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b. devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;

II. SJDHDS:

- a) revogar a permissão de uso dos bens públicos;
- b) inventariar os bens sob responsabilidade da OSC para execução do objeto contratado, inclusive incorporando ao patrimônio público aqueles adquiridos em virtude do Termo de Fomento.
- c) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades, declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

13 de 15

DS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

Este Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

14 de 15

DS
[Assinatura manuscrita]

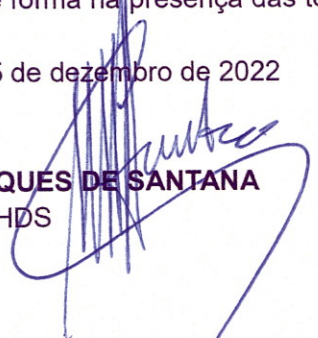


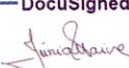
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CECA- CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

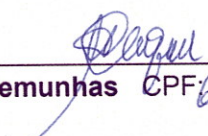
E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador-Bahia, 05 de dezembro de 2022


CARLOS M. MARQUES DE SANTANA
Secretário da SJDHDS

DocuSigned by:

5DA1979CF96846E
JUNIA MARIA PAIVA
Presidente da OSC


Testemunhas CPF: 715.969.845-20


Testemunhas CPF: 633199625-04



SECRETARIA DA JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 007/2022 PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS PARA GESTÃO DO PROGRAMA VIDA MELHOR URBANO - PVMU

O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS, torna público o presente Edital de Seleção Pública, para seleção de entidades de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas ou que pretendam qualificar-se como Organização Social para contratação de serviços de Assistência Técnica Urbana para Empreendimentos Individuais, Familiares e organizados em rede através da Operacionalização e Gestão de Unidades de Inclusão Socioproductiva Metropolitana de Salvador, Litoral Sul e Portal do Sertão, com a prestação de serviços publicizados e aprovados na Resolução 003/2012 do CONGEOS, atendendo o orçamento previsto no PPA 2020-2023, conforme definido neste Edital e seus Anexos. As propostas e documentações deverão ser apresentadas no dia 06/01/2023, Horário: 10:00 horas (horário de Brasília), na sede desta SJDHDS, situada à 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, Ala Norte, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, na sala de Reunião do 4º andar, onde ocorrerá a Sessão Pública.

Os interessados poderão acessar o presente Edital de Seleção Pública e seus anexos no endereço eletrônico www.justicasocial.ba.gov.br e através dos e-mails: selecaoipvmu@sjdhdbs.ba.gov.br e cpl@sjdhdbs.ba.gov.br, bem como através do telefone: (71) 3115-6230, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h.

Salvador/BA, em 02 de dezembro de 2022.

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
SECRETÁRIO

RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2022

Processo SEI: nº 082.1738.2022.0006825-91. PARTICIPES: Estado da Bahia através da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social/SJDHDS e o IDEAS - ASSESSORIA POPULAR inscrita no CNPJ nº 21.357.478/0001-20. OBJETO: Execução do "Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas ameaçados de morte, no Estado da Bahia - PPDDH". RECURSOS: Valor global: R\$ 1.081.095,74 (um milhão, oitenta e um mil, noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 12.101 - APG; Unidade Gestora: 0003 - SUDH; Função: 14; Subfunção: 422; Programa: 300; Projeto/Atividade: 2505 - Assistência na Proteção à Testemunha, Vítila e Familiar de Vítila de Violência; Território/Região: 9900; Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 Contribuições: R\$ 1.052.664,34 (um milhão, cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e 44.50.42.00 - Auxílios: R\$ 28.431,40 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos). Destinação de Recurso: 0.128.000.000,5.128.000.000 - FUNCEP - Governo Estadual: R\$ 518.660,01 e 0.131.101725 União: R\$ 562.435,73. Tipo de Recurso: 1. Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 05 de dezembro de 2022 a 4 de dezembro de 2023. Base Legal: com fundamento no art. 30, III e art. 31, ambos da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, sujeitando-se, no que couber, às demais disposições desta Lei e do Decreto Estadual nº 17.091/2016, e suas alterações, da Lei Federal nº 9.807 de 13 de julho de 1999, Decreto Federal nº 3.518/2000 e Lei Estadual nº 7.977 de 05 de dezembro de 2001, Portaria Interministerial nº 297 de 24 de agosto de 2018, regulamentado no que couber pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, e alterações posteriores, e Resolução nº 107/2018 TCE/BA. ASSINAM: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e WAGNER MOREIRA CAMPOS - Presidente. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005561-09. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança ao Adolescente, Organização da Sociedade Civil - OSC, inscrito no CNPJ nº 63.225.981/0001-95. OBJETO: Realização do "Projeto Fortalecimento de Ações de Enfrentamento às Diversas Violências". RECURSOS: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA. Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção 243; Programa: 300. Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) - 0.331.7000.29 e 33.50.41 R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) 0.128.000.000. Destinação de recursos: 0.128.000.000 e 0.331.7000.29. Território/Região: 7800 Tipo de Recurso: 1- Normal. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art.27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA. nº 107/2018, Portaria Conjunta SAE/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAE, Instrução Normativa nº 018/2019 SAE, Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e ENÁ PINTO BENEVIDES - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0006003-61. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e o Lar Santa Maria, inscrito no CNPJ nº 48.609.838/0001-03. OBJETO: Projeto Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos para a inclusão social e ações preventivas. RECURSOS: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA. Unidade

Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção 243; Programa: 300. Projeto /Atividade: Região: 5600 (Sisal) Tipo de Recurso 1 Natureza de despesas: 33 50 41 00 - R\$ 82.259,00 (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais) 44 50 42 R\$7.741,00 (sete mil, setecentos e quarenta e um reais). Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.000. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E., podendo ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) meses, mediante Termo Aditivo. Base Legal: Art.27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA. nº 107/2018, Portaria Conjunta SAE/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAE, Instrução Normativa nº 018/2019 SAE. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e ZACARIA JUNQUEIRA DOS SANTOS - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005650-19. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a Associação de Surdos Centro Educacional Especializado de Jequié-ASCE-EJE, CNPJ nº 09.338.610/0001-74. OBJETO: Projeto Fortalecimento de Ações de Enfrentamento às Diversas Violências. RECURSOS: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA. Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção 243; Programa: 300. Território/Região: 7400 Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33 50 41 00 e 445042 Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.000. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art.27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA. nº 107/2018, Portaria Conjunta SAE/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAE, Instrução Normativa nº 018/2019 SAE. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e IVANI APARECIDA DUARTE RAMOS - Representante Legal da OSC DATA: 05/12/2022

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005653-53. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SONS NO SILÊNCIO (AESOS), CNPJ nº 04.162.471/0001-57. OBJETO: execução do Projeto Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos para a inclusão social e ações preventivas, de crianças de 06 até 12 anos incompletos e de adolescentes de 12 anos até 18 anos, implementando atividades de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. RECURSOS: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA. Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção 243; Programa: 300. Território/Região: 7800. Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33.50.41.00 R\$90.000,00 (noventa mil reais). Destinações de Recursos (Fontes): Recursos do tesouro: 0.128.000.000 - R\$ 33.666,00 (trinta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais) e 0.334.70028 - R\$56.334,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art.27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA. nº 107/2018, Portaria Conjunta SAE/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAE, Instrução Normativa nº 018/2019 SAE. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e CARLA SUZANA MENEZES FRANCA - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005875-94. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a ASSOCIAÇÃO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL, CNPJ nº 08.949.168/0001-50. OBJETO: execução do Projeto Promoção do Protagonismo de criança e adolescente, visando estimular a sua participação nos espaços de formalização e controle de políticas públicas. RECURSOS: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA. Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção 243; Programa: 300. Território/Região: 7800. Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33 50 41 00 R\$84.074,96 (oitenta e quatro mil, setenta e quatro reais e noventa e seis centavos) e 44 50 42 R\$5.925,04 (cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e quatro centavos). Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.000. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art.27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA. nº 107/2018, Portaria Conjunta SAE/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAE, Instrução Normativa nº 018/2019 SAE. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e JUNIA MARIA PAIVA - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 001/2020

Processo SEI nº: 082.1759.2022.0004187-62 CEDENTE: Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS. CESSIONÁRIO: Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre-Ba; CNPJ: 13.897.111/0001-94. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis, a título gratuito pelo CEDENTE dos bens móveis, conforme consta em anexo I. Base Legal: Arts. 43 e 46, da Lei Estadual nº 9.433/05.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 006/2020

Processo SEI nº: 082.1759.2022.0004186-81 CEDENTE: Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS. CESSIONÁRIO: Prefeitura Municipal de Adustina-Ba; CNPJ: 16.298.929/0001-89. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis, a título gratuito pelo CEDENTE dos bens móveis, conforme consta em anexo I. Base Legal: Arts. 43 e 46, da Lei Estadual nº 9.433/05.